

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	51
II. DEFINIÇÃO	51
III. DENOMINAÇÃO	54
IV. CONTEÚDO	57
V. FUNÇÕES	60
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	62
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	64

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	66
II. AUTONOMIA	66
III. NATUREZA JURÍDICA	70
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO ..	75
1. Relações com Direito Constitucional	75
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos	76
3. Relações com Direito Civil	78
4. Relações com Direito Previdenciário	79

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	81
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	81
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	83
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..	87

V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	92
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	94
2. Sistematização e Consolidação	95
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	96
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho	97
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	99
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	99
A) Normatização Autônoma e Privatística	100
B) Normatização Privatística Subordinada	100
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	101
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	102

CAPÍTULO IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO	105
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	105
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	106
2. Institucionalização do Direito do Trabalho	109
Análise Comparativa	112
3. Crise e Transição do Direito do Trabalho	114
Transição Democrática Aliada à Crise do Ramo Jurídico	115
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL	118
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista	118
2. Modelo Justrabalista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica	120
IV. A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA	122
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988	123
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira	124
B) A Carta de Direitos de 1988	126
2. Contradições Antidemocráticas da Constituição de 1988	127
Corporativismo <i>Versus</i> Democracia	129
3. Transição Refreada: impasses constitucionais de 1988	133
4. Modelo Justrabalista: transição ou continuidade?	135

CAPÍTULO V

ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	136
---------------------	-----

II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	136
1. Conceito	136
2. Classificação	137
A) Fontes Materiais	138
B) Fontes Formais	140
Heteronomia e Autonomia	141
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	143
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	144
1. Constituição	144
A) Sentido Material e Sentido Formal	144
B) Eficácia Jurídica da Carta Constitucional	146
a) Vertente Tradicional	146
b) Vertente Moderna	147
c) Análise Comparativa	150
2. Lei (e Medida Provisória)	151
3. Tratados e Convenções Internacionais	153
4. Regulamento Normativo (Decreto)	155
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares	155
6. Sentença Normativa	156
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	158
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho	158
Aderência Contratual	160
2. Contrato Coletivo de Trabalho	162
3. Usos e Costumes	164
VI. FIGURAS ESPECIAIS	165
1. Figuras Justrabalhistas Especiais	165
A) Laudo Arbitral (Arbitragem)	165
B) Regulamento Empresarial	167
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais	168
A) Jurisprudência	168
B) Princípios Jurídicos	170
C) Doutrina	170
D) Equidade	171

3. Referências Finais	173
A) Analogia	173
B) Cláusulas Contratuais	173
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	174
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	175
2. Hierarquia Normativa: especificidade justralhista	176
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista	178
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	180

CAPÍTULO VI PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	183
1. Ciência e Princípios	184
2. Direito e Princípios	185
II. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	186
1. Fase Pré-jurídica ou Política	186
2. Fase Jurídica	187
A) Princípios Descritivos (ou Informativos)	187
B) Princípios Normativos Subsidiários	187
C) Princípios Normativos Concorrentes	188
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES	190
1. Princípios Gerais — adequações	191
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	193
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	194
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	195
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	196
A) Princípio da Proteção	196
B) Princípio da Norma Mais Favorável	198
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	200
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas	200
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	201
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	202
Intangibilidade Contratual Objetiva	204
G) Princípio da Intangibilidade Salarial	205

H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	207
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	208
2. Princípios Justrabralhistas Especiais Controvertidos	211
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	211
B) Princípio do Maior Rendimento	213
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	215
1. Diferenciação de Figuras	215
2. Extensão da Indisponibilidade	216
3. Requisitos da Renúncia e Transação	218
A) Renúncia	218
B) Transação	219

**CAPÍTULO VII
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	221
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	221
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	221
2. A Interpretação no Direito	223
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma	224
B) Interpretação do Direito Construído	224
3. Hermenêutica Jurídica	225
A) Distinções Relevantes	225
B) Função da Interpretação Jurídica	228
C) Tipologias da Interpretação Jurídica	230
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	230
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	232
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação	232
4. Principais Métodos de Exegese do Direito	232
D) Sistemas Teóricos de Interpretação	235
a) Hermenêutica Tradicional	236
b) Escola Exegética Francesa	236
c) Escola Histórico-evolutiva	237
d) Escola da Interpretação Científica	237
e) Escola da Livre Investigação	237
f) Contraponto Avaliativo	238
g) Especificidade da Interpretação Justrabralhista	238

III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	240
1. Conceituação	240
2. Tipos de Integração Jurídica	241
3. Procedimento Analógico	242
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	243
1. Conceituação	243
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	244
Princípio da Aderência Contratual	245
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	247
CAPÍTULO VIII	
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	
I. INTRODUÇÃO	249
II. DISTINÇÕES CORRENTES	251
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	251
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	252
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	253
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	253
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO ..	255
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	255
2. Causas Interruptivas	256
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	257
1. Fatores Tipificados	257
2. Critério da <i>Actio Nata</i>	258
3. Critério da <i>Actio Data</i>	258
4. Outros Fatores Atuantes	259
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	259
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	261
1. Prazos Prescricionais	261
A) Prescrição nos Contratos Urbanos	261
B) Prescrição nos Contratos Rurais	263
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000)	263
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000)	264
C) Prescrição nos Contratos Domésticos	265
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	268
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias	269

2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	270
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	270
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria	271
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial	273
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	274
A) Legitimidade para Arguição	275
B) Momento Próprio para Arguição	276
a) Arguição na Fase de Conhecimento	276
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução	277
4. Prescrição Intercorrente	278

**LIVRO II
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO	283
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego	283
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	285
1. Distinções na História do Direito	286
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	287
A) Trabalho por Pessoa Física	289
B) Pessoalidade	289
C) Não-eventualidade	291
a) Eventualidade <i>versus</i> Não-eventualidade: teorias	292
b) Trabalho Eventual: caracterização	295
D) Onerosidade	296
E) Subordinação	299
a) Conceito e Caracterização	300
b) Natureza da Subordinação	301
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO	303
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	305
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	307
A) Teoria do Arrendamento	307
B) Teoria da Compra e Venda	308

C) Teoria do Mandato	309
D) Teoria da Sociedade	310
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica	310
2. Teoria Contratualista Moderna	311
3. Teorias Acontratualistas	314
A) Teoria da Relação de Trabalho	314
B) Teoria Institucionalista	316
C) Acontratualismo: análise crítica	317

CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO *LATO SENSU*

I. INTRODUÇÃO	319
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	320
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	321
1. Requisitos Formais	323
2. Requisitos Materiais	324
3. Estágio: avaliação crítica	325
IV. CONTRAPONTO COOPERATIVA <i>VERSUS</i> EMPREGADO	326
1. Princípio da Dupla Qualidade	327
2. Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada	328
V. TRABALHO AUTÔNOMO	331
1. Prestação de Serviços e Empreitada	333
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	334
3. Pequena Empreitada: especificidade	335
VI. TRABALHO EVENTUAL	336
VII. TRABALHO AVULSO	338
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	341

CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO	345
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	345
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	346
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	347
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral	348
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94)	348

B) Art. 62 da CLT (Após Lei n. 8.966/94)	349
C) Efeitos do Cargo de Confiança	351
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	352
3. Diretores Empregados	353
A) Diretor Recrutado Externamente	354
Contraponto de Vertentes	356
B) Empregado Eleito Diretor	357
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	358
A) Incompatibilidade de Figuras	359
B) Assimilação de Figuras	360
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	360
D) Sociedade como Simulação	361
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	362
1. Definição	362
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	363
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	364
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros	365
B) Elemento Fático-jurídico da Não-eventualidade	366
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	368
a) Finalidade Não-lucrativa dos Serviços	368
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	369
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa	370
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	371
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas	373
A) Férias Anuais Remuneradas	373
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	374
C) Garantia de Emprego à Gestante	375
V. EMPREGADO RURAL	377
1. Evolução Jurídica	377
A) Fase de Restrição de Direitos	377
B) Aproximação de Situações Jurídicas	378
C) Fase Contemporânea: diferenciações tópicas	378
Unificação do Prazo Prescricional	379

2. Caracterização do Empregado Rural	380
A) Antigo Critério Celetista	381
B) Critério Hoje Prevalente	381
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	382
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	382
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico	383
3. Caracterização do Empregador Rural	384

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	386
Definição da CLT: análise crítica	386
II. EMPREGADOR: CARACTERIZAÇÃO	388
1. Despersonalização	388
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	389
Atenuações do Risco Empresarial	391
3. Empresa e Estabelecimento	392
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS	393
1. Definição	393
2. Objetivos da Figura	394
3. Caracterização do Grupo Econômico	395
A) Abrangência Objetiva	395
B) Abrangência Subjetiva	395
C) Nexos Relacionais Interempresas	397
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	398
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	398
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único	399
5. Aspectos Processuais	401
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	402
1. Definição e Denominação	402
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	403
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	404
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	406
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	407
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	407

Título Jurídico da Transferência	408
B) Continuidade na Prestação Laborativa	410
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos	410
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	411
A) Fundamentação Doutrinária	412
B) Fundamentação Legal	412
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	413
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	414
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	415
Cláusula de Não-responsabilização	415
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	416
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	417
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	418
A) Figuras Civilistas Clássicas	419
B) Singularidade Trabalhista	420
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	421

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	424
Evolução Histórica no Brasil	425
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	427
1. Legislação Heterônoma Estatal	428
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	428
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83	429
C) Parágrafo Único do art. 442, CLT — cooperativas	430
D) Outras Referências Legais	431
2. Jurisprudência Trabalhista	432
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS	434
1. Terceirização Lícita e Ilícita	434
A) Terceirização Lícita: situações-tipo	435
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	437
C) Terceirização Ilícita	438
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização	438
A) Vínculo com o Tomador de Serviços	438
B) Isonomia: salário equitativo	439

IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	441
V. TERCEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N. 6.019/74	445
1. Trabalho Temporário: caracterização	445
2. Hipóteses de Pactuação	447
3. Formalidades e Prazos	448
4. Direitos da Categoria Temporária	449
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	452
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	452
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes	454
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS	456
1. Competência	456
2. Litisconsórcio Passivo	457
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ..	457
1. Terceirização e Não-discriminação Remuneratória — salário equitativo ...	458
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista	462
3. Terceirização e Atuação Sindical	464

CAPÍTULO XIV RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS

I. INTRODUÇÃO	467
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÓMICO ...	467
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO DA PESSOA JURÍDICA	469
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	471
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGADO	473
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS) ...	474
1. Situações de Não-responsabilização	475
2. Situações de Responsabilização	476
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	480

CAPÍTULO XV CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES

I. INTRODUÇÃO	483
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	484
1. Definição	484
Definição da CLT: crítica	485

2. Denominação	485
3. Caracteres	487
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	491
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	493
A) Capacidade das Partes	493
B) Licitude do Objeto	495
C) Forma Regular ou Não Proibida	497
Forma e Prova	498
D) Higiene de Manifestação da Vontade	498
2. Elementos Naturais do Contrato	500
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	501
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	502
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	502
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	503
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	504
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	506
2. Tipos de Nulidades	506
A) Nulidade Total e Parcial	506
B) Nulidade Absoluta e Relativa	507
3. Nulidade e Prescrição	508

CAPÍTULO XVI
CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	509
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	509
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	511
1. Distinções	511
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	512
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	513
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	514
1. Aspectos Gerais	514
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	515
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	516
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	516
C) Efeitos Rescisórios	516

V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	518
1. Hipóteses de Pactuação	519
2. Meios de Fixação do Termo Final	522
3. Prazos Legais	524
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	524
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação")	525
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	527
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	529
Acidente de Trabalho: exceção isolada	531
8. Contratos a Termo: forma e prova	532
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	533

CAPÍTULO XVII
TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	536
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	536
1. Contrato de Experiência	536
A) Caracterização	538
B) Efeitos Contratuais	539
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência	540
2. Contrato de Safra	543
3. Contrato de Obra Certa	545
4. Contrato por Temporada	547
III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, de 1998 ..	549
1. Celebração Contratual	550
A) Hipóteses de Pactuação	550
B) Requisitos do Contrato	550
2. Caracterização da Figura Jurídica	551
A) Denominação	552
B) Características Trabalhistas Comuns	554
a) Prazo de Duração	554
b) Meios de Fixação do Termo Final	554
c) Sucessividade Contratual	555
d) Tempo de Serviço (<i>Accessio Temporis</i>)	557

C) Características Trabalhistas Especiais	559
a) Pactuação do Contrato	560
b) Formalidade Contratual	560
c) Prorrogação Contratual	561
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos	563
Acidente do Trabalho: exceção rescisória	565
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis	566
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos	566
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98	567
C) Parcelas Trabalhistas Novas	568
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos	568
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes	569
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	570
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	570
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	572
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	574
a) Incompatibilidades Globais	574
b) Incompatibilidades Tópicas	575

CAPÍTULO XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	577
Contratos de Atividade	577
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ..	577
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	579
Pequena Empreitada na CLT	581
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	582
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	584
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	586
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMER- CIAL (OU AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO)	589
1. Representação Comercial ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica ...	589
A) Caracterização	589
B) Remuneração	590
C) Rescisão Contratual	590

2. Representação Mercantil ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	591
3. Empregado Vendedor: regras próprias	593
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas	594
a) Conceito e Natureza	594
b) Dinâmica Comissional	595
B) Pagamento da Comissão	596
C) Ultimação do Negócio — data presumida	596
D) Risco Concernente às Vendas	597
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	597
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	597
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	598

CAPÍTULO XIX
EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO:
PRÓPRIOS E CONEXOS

I. INTRODUÇÃO	600
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	601
1. Obrigações do Empregador	601
2. Obrigações do Empregado	601
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato	602
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	602
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	603
Natureza Jurídica	603
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	603
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato	604
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	605
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais	606
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	607
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem	608
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	609
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos	612
A) Requisitos Clássicos	612
B) Objetivação da Responsabilidade	614

C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade	615
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	616
A) Critérios Orientativos para a Aferição do Dano	616
B) Valor Indenizatório	618
5. Competência Judicial	620

CAPÍTULO XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	623
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	624
1. Conceituação	624
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	624
2. Caracterização	626
A) Poder Diretivo	626
B) Poder Regulamentar	627
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	628
C) Poder Fiscalizatório	629
Limites ao Poder de Controle	629
D) Poder Disciplinar	631
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	633
1. Fundamentos Doutrinários	633
A) Propriedade Privada	634
B) Institucionalismo	635
C) Delegação do Poder Público	636
D) Contrato	638
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	640
2. Fundamentos Legais	642
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	643
1. Concepções Tradicionais	644
A) Direito Potestativo	644
B) Direito Subjetivo	645
C) <i>Status</i> Jurídico	646

D) Direito-função	648
Poder e Cidadania	650
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	651
Virtudes da Concepção Relacional	652
V. O PODER DISCIPLINAR	654
1. Fundamentos	655
A) Posição Negativista	655
B) Posição Autonomista	656
C) Vertente Intermediária	657
2. Infrações Características	658
A) Critérios de Caracterização	658
B) Infrações Obreiras Tipificadas	659
3. Penalidades Características	661
A) Modalidades Acolhidas	661
B) Modalidades Rejeitadas	663
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	665
A) Requisitos Objetivos	666
B) Requisitos Subjetivos	667
C) Requisitos Circunstanciais	668
5. Intervenção Judicial	672
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	674

CAPÍTULO XXI

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

I. INTRODUÇÃO	676
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	676
1. Salário: definição	676
2. Remuneração: definição e distinções	677
Remuneração e Gorjetas	678
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	681
1. Denominações Impróprias	682
2. Denominações Próprias	684
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES	687
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais)	688

2. Parcelas Salariais Dissimuladas	689
Diárias para Viagem e Ajudas de Custo	690
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	691
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	691
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	698
VI. CARACTERES DO SALÁRIO	700
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	706
1. Tipologias Principais	706
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	708
A) Salário por Unidade de Tempo	708
B) Salário por Unidade de Obra	710
C) Salário-Tarefa	711
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	712
1. Caracterização do Salário-utilidade	712
A) Requisitos Essenciais	712
Excludentes do Salário-utilidade	714
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	717
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade	719
3. Rol de Utilidades Pertinentes	720
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	721
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial	721
B) Valor da Utilidade no Contrato	722
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	724
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	726
1. Salário Básico	727
2. Abono	728
3. Adicionais	730
4. Gratificações	732
5. 13º Salário	735
6. Comissões	736
Vendedores, Viajantes ou Pracistas	738
7. Prêmios	742
8. Outras Parcelas Salariais	743

CAPÍTULO XXII
SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	746
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO	747
1. Irredutibilidade Salarial	748
2. Correção Salarial Automática	751
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo	754
A) Salário Mínimo Legal	754
B) Salário Profissional	755
C) Salário Normativo e Salário Convencional	756
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR	756
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	758
A) Tempo de Pagamento	758
B) Lugar de Pagamento	759
C) Meios de Pagamento	760
2. Irredutibilidade Salarial	763
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos	763
A) Regra Geral de Intangibilidade	763
B) Descontos Salariais Autorizados	763
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos	767
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	767
1. Não-discriminação e isonomia: distinções	768
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	771
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	771
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias	772
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988	774
A) Discriminação Contra a Mulher	774
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos	777
C) Discriminação Contra o Estrangeiro	779
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência	779
E) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho	780
F) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	781

6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	782
A) Requisitos da Equiparação Salarial	782
a) Identidade de Funções	783
b) Identidade de Empregador	784
c) Identidade de Localidade	785
d) Simultaneidade no Exercício Funcional	786
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	786
a) Diferença de Perfeição Técnica	787
b) Diferença de Produtividade	788
Uma Particularidade: salário por unidade de obra	789
c) Diferença de Tempo de Serviço	789
d) Existência de Quadro de Carreira	789
e) Paradigma em Readaptação Funcional	790
C) Equiparação Salarial: ônus da prova	790
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	791
A) Requisitos do Quadro de Carreira	791
B) Proteções Antidiscriminatórias	793
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados	794
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual	794
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago	795
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	796
A) Trabalho Terceirizado Temporário	797
B) Trabalho Terceirizado Permanente	798
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	800
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais	800
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita	802
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR	804
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista	805
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista	807
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas	809
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	812
3. Proteção Jurídica na Falência do Empregador	813
Competência Judicial	815

4. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	816
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO	817
1. Impenhorabilidade do Salário	818
2. Restrições à Compensação	819
3. Critério de Correção Monetária	820
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	822

CAPÍTULO XXIII DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO	824
1. Jornada e Salário	824
2. Jornada e Saúde no Trabalho	825
3. Jornada e Emprego	827
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	829
1. Duração do Trabalho	829
2. Jornada de Trabalho	829
3. Horário de Trabalho	830
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	831
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	831
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	832
B) Tempo à Disposição	832
C) Tempo de Deslocamento	833
Tempo de Deslocamento — horas “in itinere”	834
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	836
A) Tempo de Prontidão	836
B) Tempo de Sobreaviso	837
Tempo de Sobreaviso — BIPs e telefones celulares	838
C) Tempo Residual à Disposição	839
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	840
A) Tronco Básico	840
B) Componentes Suplementares	840
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	842
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	842
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	843
A) Critérios Gerais Informativos	843

B) Flexibilização e Compensação de Jornada	848
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98)	848
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98)	853
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98)	857
Dinâmica do Banco de Horas	861
d) Restrições ao Regime Compensatório	863
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE	866
1. Modalidades de Jornada de Trabalho	866
2. Jornadas Controladas	867
3. Jornadas Não Controladas	868
4. Jornada Não Tipificada	870
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	871
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	873
1. Caracterização das Jornadas Especiais	873
2. Categorias Específicas	874
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento	875
A) Caracterização da Figura Jurídica	876
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88	878
4. Atividade Contínua de Digitação	879
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA	882
1. Caracterização da Jornada Extraordinária	882
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	883
B) Prorrogações Regulares e Irregulares	885
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias	886
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação	886
a) Acordo de Prorrogação de Jornada	886
b) Regime de Compensação de Jornada	889
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior	890
a) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis	892
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais	893
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação	895
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	897
3. Efeitos da Jornada Extraordinária	899

IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	900
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	901
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial	903
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	904
X. JORNADA NOTURNA	905
1. Parâmetros da Jornada Noturna	906
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	907
3. Restrições ao Trabalho Noturno	909

CAPÍTULO XXIV
PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS,
REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	910
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA	911
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas	911
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	911
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites	913
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas	916
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	917
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas	917
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas	918
a) Intervalos Comuns e Especiais	918
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	919
Quadro de Intervalos Intraornadas	920
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	921
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	921
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado	921
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis	923
3. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	924
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas	924
B) Classificação dos Intervalos Interornadas	925
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais	925
b) Intervalos Comuns e Especiais	926
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	927
Quadro de Intervalos Interornadas	927
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	928
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas	928
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	929

III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA	929
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	929
1.1. Normatização Aplicável	930
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	932
A) Caracterização do Descanso Semanal	932
a) Lapso Temporal	932
b) Ocorrência Semanal do Descanso	933
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	934
d) Imperatividade do Descanso Semanal	936
B) Remuneração do Descanso Semanal	936
a) Requisitos da Remuneração	936
b) Valor da Remuneração	937
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	938
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos ...	939
A) Tipos de Feriados	940
a) Feriados Cívicos e Religiosos	940
a.1) Feriados Cívicos	940
a.2) Feriados Religiosos	942
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	942

CAPÍTULO XXV

PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO	943
Objetivos das Férias	943
Normatização Aplicável	944
II. CARACTERIZAÇÃO	945
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	948
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	948
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	949
Situações Especiais	950
3. Duração das Férias Adquiridas	951
A) Duração Genérica das Férias	951
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	952
Restrições Específicas	954
C) Duração em Contratos Domésticos	955

IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	957
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo)	957
Época de Concessão	961
2. Concessão Extemporânea das Férias	962
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	963
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	963
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos	964
A) Caracterização das Férias Coletivas	964
B) Procedimentos Concessivos	965
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	966
1. Cálculo da Remuneração	967
A) Cálculo Salarial	967
B) Parcelas Integradas	968
C) Parcelas Não Integradas	968
2. Remuneração Simples	968
3. Remuneração Dobrada	969
Natureza Jurídica da Dobra	970
4. Terço Constitucional de Férias	970
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	972
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS	974
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	975
2. Férias Simples e Extinção Contratual	975
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	976
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	978
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	980
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	981
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	981

CAPÍTULO XXVI

FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	982
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	982
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL	983
1. Policitação e Formação Contratual	984
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	984

IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	985
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVA E OBJETIVAS ..	988
1. Alteração Contratual Subjetiva	988
2. Alterações Contratuais Objetivas	989
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	989
1. Classificação Segundo a Origem	990
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade	990
3. Classificação Segundo o Objeto	991
4. Classificação Segundo os Efeitos	991
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	992
1. Princípios Aplicáveis	992
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	993
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro	996
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	996
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	998
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	999
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1.002
1. Conceituação	1.002
2. Alteração de Função	1.002
A) Conceito e Distinções	1.002
B) Regras Aplicáveis	1.003
Compatibilização Normativa	1.005
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1.006
D) Alterações Funcionais Lícitas	1.007
a) Situações Excepcionais ou de Emergência	1.007
b) Substituição Temporária	1.007
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança	1.008
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento	1.009
d) Extinção do Cargo ou Função	1.010
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira	1.010
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária	1.011
g) Promoção ou Remoção	1.012
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1.013
1. Conceito e Modalidades	1.013
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1.013

A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho	1.014
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas	1.014
a.1) Causa da Prorrogação	1.014
a.2) Título Jurídico da Prorrogação	1.016
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1.018
b) Prorrogações Realizadas Irregularmente	1.020
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário	1.020
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1.021
C) Alterações de Horário de Trabalho	1.024
3. Alteração de Salário: modalidades	1.025
A) Elevações Salariais	1.025
B) Reduções Salariais	1.025
a) Redução Salarial Direta	1.025
a.1) Redução Nominal de Salários	1.025
a.2) Redução Real de Salários	1.027
b) Redução Salarial Indireta	1.027
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL	1.028
1. Conceituação	1.028
2. Alteração do Local de Trabalho no País	1.028
A) Distinções	1.029
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes	1.029
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas	1.030
B) Efeitos da Remoção/Transferência	1.031
C) Adicional de Transferência	1.032
a) Pontos Consensuais	1.032
b) Critérios de Incidência do Adicional	1.033
c) Adicional: valor e repercussões contratuais	1.034
D) Ajuda de Custo por Transferência	1.035
E) Empregados Intransferíveis	1.035
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais	1.036
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos	1.037
3. Transferência Obreira para o Exterior	1.039
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1.039
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82	1.039

a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064	1.039
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064	1.040

CAPÍTULO XXVII

INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1.043
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES	1.043
1. Conceituação	1.043
2. Denominações	1.044
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1.045
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1.045
2. Distinções Existentes	1.047
A) Suspensão: características	1.047
B) Interrupção: características	1.048
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1.049
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1.049
Atenuação de Efeitos Jurídicos	1.050
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1.050
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado	1.051
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1.052
A) Efeitos Contratuais da Suspensão	1.052
a) Suspensão e Justa Causa	1.053
b) Suspensão e Pedido de Demissão	1.053
B) Prazo para Retorno após Suspensão	1.054
V. INTERRUPÇÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1.055
1. Casos de Interrupção Contratual	1.055
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1.057
A) Efeitos Contratuais da Interrupção	1.057
B) Prazo para Retorno após a Interrupção	1.058
VI. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS	1.059
1. Serviço Militar	1.060
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional	1.062
3. Afastamento Maternidade	1.064
A) Aspectos Legais	1.064
B) Enquadramento Jurídico	1.065
4. Encargos Públicos	1.066

VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO	1.067
1. Suspensão Disciplinar	1.068
A) Natureza Jurídica	1.068
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1.068
C) Limites à Penalidade	1.069
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate	1.069
2. Suspensão para Inquérito	1.070
A) Cabimento da Figura	1.070
B) Natureza Jurídica	1.071
C) Prazos Legais	1.072
D) Efeitos da Sentença do Inquérito	1.073
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar	1.074
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1.075
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1.076
Desrespeito aos Requisitos Legais	1.076
2. Prazo Legal	1.077
3. Efeitos da Suspensão Contratual	1.078
A) Bolsa de Qualificação Profissional	1.078
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado	1.079
C) Ruptura Contratual	1.080
Desestímulo Rescisório	1.081
IX. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1.081
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo	1.081
A) Extinção Peremptória do Contrato	1.082
B) Extinção Contratual Prorrogada	1.083
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1.084
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção configurada	1.084

CAPÍTULO XXVIII
TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO
— MODALIDADES E EFEITOS

I. INTRODUÇÃO	1.086
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1.087
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1.088

2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador	1.091
3. Princípio da Norma mais Favorável	1.092
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1.093
1. Restrições a Contratos a Termo	1.094
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1.095
3. Interrupção e Suspensão Contratuais	1.097
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador	1.098
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL	1.100
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1.101
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1.102
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1.104
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1.104
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1.105
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1.108
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1.108
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção	1.111
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato	1.113
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	1.115
1. Extinção dos Contrato por Tempo Determinado	1.115
A) Extinção Normal	1.115
B) Extinção Anormal	1.116
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial	1.116
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro	1.118
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1.119
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias	1.120
a) Dispensa arbitrária (ou despedida sem justa causa ou, ainda, dispensa desmotivada)	1.120
b) Pedido de demissão pelo obreiro	1.122
c) Distrato	1.122
d) Dispensa por justa causa operária	1.123
e) Dispensa por justa causa empresarial (rescisão indireta)	1.123
f) Ruptura por culpa recíproca	1.124
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento	1.124
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural	1.126

B) Outros Pagamentos Rescisórios	1.128
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1.129
A) Pena do Art. 477, da CLT	1.129
B) Pena do Art. 467, da CLT	1.130
Entidades Estatais: exclusão da pena	1.131
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1.132
1. Capacidade do Empregado	1.133
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência	1.134
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1.136
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura	1.137
B) Formalidades e Poderes Rescisórios	1.138
CAPÍTULO XXIX	
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO PRÉVIO	
I. INTRODUÇÃO	1.140
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA	1.141
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA	1.143
1. Modalidades de Despedidas	1.144
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa	1.144
B) Despedidas Individuais e Coletivas	1.145
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1.146
3. Limitações à Dispensa Injusta	1.148
A) Causas Restritivas	1.148
B) Efeitos da Dispensa Irregular	1.152
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1.156
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO	1.159
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA	1.161
VII. O AVISO PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1.162
1. Conceito e Natureza Jurídica	1.162
2. Cabimento do Aviso Prévio	1.164
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1.165
A) Prazos do Aviso Prévio	1.165

B) Tipos de Aviso Prévio	1.166
C) Efeitos do Aviso Prévio	1.167

CAPÍTULO XXX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO: DISPENSA POR JUSTA CAUSA

I. INTRODUÇÃO	1.170
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1.170
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1.172
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1.174
1. Requisitos Objetivos	1.175
2. Requisitos Subjetivos	1.177
3. Requisitos Circunstanciais	1.178
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1.182
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1.182
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1.193
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1.196
1. Penalidades Acolhidas	1.196
2. Penalidades Rejeitadas	1.199

CAPÍTULO XXXI

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO	1.201
II. JUSTA CAUSA EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1.201
1. Requisitos Objetivos	1.202
2. Requisitos Subjetivos	1.203
3. Requisitos Circunstanciais	1.204
III. FIGURAS DA JUSTA CAUSA EMPRESARIAL	1.207
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA	1.212
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1.212
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho	1.214
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica	1.214
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos	1.216
VI. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT	1.218

1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis	1.218
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual	1.219
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES	1.220
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS	1.221

CAPÍTULO XXXII
ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO.
INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO	1.223
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS	1.224
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1.225
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1.227
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1.229
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1.229
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1.230
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1.233
1. Estabilidade Celetista	1.234
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988	1.235
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1.236
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1.238
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS)	1.239
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1.241
A) Imunidade Sindical	1.241
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1.243
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1.245
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQÜÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR	1.247
Peculiaridade do Dirigente de CIPA	1.250
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL	1.252
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço	1.252
2. Outras Indenizações Rescisórias	1.255
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo	1.255
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base ...	1.257
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1.257
1. Características do FGTS	1.258

A) Recolhimentos de FGTS	1.258
B) Abrangência do FGTS	1.260
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório	1.261
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1.264
Natureza Jurídica	1.264

**LIVRO III
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO	1.269
II. DENOMINAÇÃO	1.270
1. Denominações Arcaicas	1.270
2. Denominações Atuais	1.272
A) Direito Coletivo do Trabalho	1.272
B) Direito Sindical	1.272
C) Direito Social	1.273
III. DEFINIÇÃO	1.273
IV. CONTEÚDO	1.274
V. FUNÇÃO	1.276
1. Funções Justrabalistas Gerais	1.277
Extensão ao Direito Coletivo	1.279
2. Funções Juscoletivas Específicas	1.281
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1.283
1. Modalidades de Conflitos Coletivos	1.283
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos	1.284
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo	1.285
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1.287

**CAPÍTULO XXXIV
PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO
COLETIVO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	1.291
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA	1.292
Tipologia de Princípios	1.293
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO ...	1.294
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical	1.295

A) Cláusulas de Sindicalização Forçada	1.296
B) Práticas Anti-sindicais	1.298
C) Garantias à Atuação Sindical	1.299
2. Princípio da Autonomia Sindical	1.301
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS	1.304
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1.304
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos	1.305
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1.307
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS	1.308
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva	1.309
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada	1.310
CAPÍTULO XXXV	
DIREITO COLETIVO E SINDICATO	
I. INTRODUÇÃO	1.314
II. DEFINIÇÃO	1.315
III. SISTEMAS SINDICAIS	1.316
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato	1.317
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1.321
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional	1.322
B) A Posição da Constituição de 1988	1.323
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos	1.323
Garantias à Atuação Sindical	1.323
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1.325
1. Estrutura Sindical	1.327
A) Estrutura Externa	1.327
B) Estrutura e Funcionamento Internos	1.328
2. Registro Sindical	1.329
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais	1.330
A) Funções e Prerrogativas	1.330
B) Receitas Sindicais	1.333
V. GARANTIAS SINDICAIS	1.335
1. Garantia Provisória de Emprego	1.335

2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1.338
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1.338
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1.340
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	1.342
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central	1.344
Autoritarismo e Refluxo Sindical	1.347
2. Evolução Sindical no Brasil	1.348
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro	1.348
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical	1.350
Continuidade do Modelo nas Décadas Subseqüentes	1.353
C) Constituição de 1988: mudança e continuidade	1.354
a) Avanços Democráticos	1.355
Carta de Direitos	1.356
b) Contradições Antidemocráticas	1.357
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais	1.358

CAPÍTULO XXXVI
NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	1.360
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1.362
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	1.363
A) Normatização Autônoma e Privatística	1.363
B) Normatização Privatística Subordinada	1.364
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	1.365
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	1.366
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO	1.367
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição	1.368
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1.370
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	1.371
1. CCT e ACT: normatização aplicável	1.371
2. CCT e ACT: caracterização	1.374
A) Legitimação	1.374
B) Conteúdo	1.375
C) Forma	1.376

D) Vigência	1.377
E) Duração	1.378
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão	1.378
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO	1.379
1. Denominação: dubiedades	1.379
2. Caracterização	1.380
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS	1.381
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estadais: hierarquia	1.382
A) Hierarquia Normativa: teoria geral	1.382
B) Hierarquia Normativa: especificidade justabalhista	1.383
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	1.384
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1.387
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações	1.388
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES	1.390
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA	1.393
1. Teorias Explicativas Tradicionais	1.394
2. Contrato Social Normativo	1.395

CAPÍTULO XXXVII A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1.397
II. LOCAUTE	1.398
1. Caracterização	1.399
2. Distinções	1.400
3. Regência Jurídica	1.401
4. Efeitos Jurídicos	1.403
III. O INSTITUTO DA GREVE	1.404
1. Caracterização	1.404
A) Caráter Coletivo do Movimento	1.404
B) Sustação de Atividades Contratuais	1.405
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto	1.406
D) Objetivos da Greve	1.407
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração	1.408
2. Distinções	1.409
A) Figuras Próximas ou Associadas	1.410

B) Formas de Pressão Social	1.411
C) Condutas Ilícitas de Pressão	1.412
3. Extensão e Limites	1.412
A) Extensão do Direito	1.412
B) Limitações ao Direito	1.414
4. Requisitos	1.416
5. Direitos e Deveres dos Grevistas	1.417
A) Direitos dos Grevistas	1.417
B) Deveres dos Grevistas	1.418
6. Uma Especificidade: greve e serviço público	1.418
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate	1.420
a) Vertente Tradicional	1.421
b) Vertente Moderna	1.422
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1.426
A) Natureza Jurídica	1.426
Outras Concepções	1.428
B) Fundamentos	1.430
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica	1.430
CAPÍTULO XXXVIII	
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO	
I. INTRODUÇÃO	1.433
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETEROCOMPOSIÇÃO	1.433
1. Autotutela	1.434
2. Autocomposição	1.435
3. Heterocomposição	1.436
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias	1.436
B) Métodos Existentes	1.437
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1.439
1. Distinções Relevantes	1.439
2. Tipos de Arbitragem	1.440
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1.442
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho	1.444
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1.445
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação	1.446

V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1.447
1. Enquadramento Jurídico	1.447
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1.448
BIBLIOGRAFIA	1.451